

Memória de Gago para além das suas políticas

Continuando assim o texto publicado em *Nova Cidadania* 57, pp. 67-73

1

RAZÃO DE ORDEM

Este artigo é dedicado a Mariano Gago, prematuramente desaparecido em 12 de Abril de 2015. Reduz, adapta e corrige as seções 3 a 5 do *Working Paper* (WP) n.º 595 da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, continuando assim o texto publicado em *Nova Cidadania* 57, pp. 67-73 (o qual reproduziu as seções 1 e 2 e anexos 1 e 2 do WP). Desde então, assisti a várias homenagens, do Grémio Literário, em 22 de Outubro de 2015, ao Pavilhão do Conhecimento, em 8 de Março de 2016, esta última dedicada às “Mulheres na Ciência”. Em 26 de Novembro, valendo-me de WP e NC, evoquei na Academia das Ciências de Lisboa (ACL) a memória do nosso comum amigo Jean-Pierre Contzen, “sábio global, militante europeu, combatente belga”, que falara no Grémio e devia falar no Pavilhão¹. Das 24 transcrições traduzidas do estudo de Jorge Borges de Macedo incluído num volume apresentado por José V. de Pina Martins, intitulado *Damião de Góis Humaniste Européen*, Braga, 1982, p. 55-244) que coligi no anexo 3, a última serve de envio lírico na seção 5 do WP. Isto



POR **Jorge Braga de Macedo**

Prof. Cat. e Diretor, Centro Globalização e Governação (CG&G), FEUNL; último Presidente, IICT

porque Macedo retira de Góis dois pontos essenciais para Gago. Primeiro, “é possível persistir em Portugal numa ideia que se julga justa, sem torneio nem mentira”. Segundo, porquanto “a pesquisa como instrumento do poder efetivo ou virtual não tem interesse”, a crítica interna a uma certa cultura exige uma pesquisa fundada sobre a convicção que a verdade existe e é ela que deve prevalecer.

Ao reproduzir nas páginas 71 e 72 de NC o retrato de Damião procurado por Mariano queria transformar as interações descritas nas seções 2, 3 e 4 do WP no “rio sempre a ir, espaço misterioso entre espaços desertos” do poeta. Fruto das relações que tive com ele e que ele tivera com meu pai, voltei assim a conversar com eles sobre ritos, mitos e redes escondidos nas políticas, com o rabo da política de fora.

Não há aqui qualquer deriva prosaica nem pendor economicista para além de imposições de paginação que me levaram a podar o texto e deixar o saber tropical terminar esta balada do tempo e do espaço.

Por coincidência, o prazo de entrega termina no dia em que Mariano teria completado 68 anos o que me permite evocar a Senhora Dona Maria das Dores, sua mãe, sempre presente e muito saudada nas homenagens, especialmente “Mulheres na Ciência” que foi encerrada por Manuel Heitor, novo MCTES, e contemplou 103 investigadoras entre as quais Maria Fernanda Rollo, sua Secretária de Estado – e Suzana Vaz Pais, única economista! Nem de propósito, realizou-se nesse dia no Teatro Thalia a primeira edição do ciclo anual de conferências – *Caminhos do Conhecimento*.

2. POLÍTICA E POLÍTICAS

2.1. Ritos tribais de um livro “inapresentável”

No dia em que tomaram a Bastilha, lançou-se um tomo de 1,752Kg, intitulado *40 anos de Ciência e de Ensino Superior*. O grande auditório do ISCTE estava repleto cabendo a José Pacheco Pereira apresentar um livro que, por ser “inapresentável” lhe permitiu revelar afinidades eletivas com o homenageado, começando pela circunstância de terem recebido o mesmo prémio *Fósforo Ferrero* em plena puberdade. Sobre tribos académicas não podia falar o meu amigo e companheiro, mas os representantes das várias associações de classe que se sucederem no pódio atestaram exuberantemente a relevância da abordagem antropológica – que incorpora autenticidade e poesia: houve muitos comentários da plateia e um aplauso de pé à sua mãe, que já cumprimentara na sala, ao lado da viúva, onde estavam ainda autores (como Augusto Santos Silva, atual MNE) e convidados (como Artur Santos Silva). O livro até abre com o poeta (“Todas as teorias, todos os poemas/ Duram mais que esta flor./ ...Ser real é a coisa mais nobre do mundo”) mas segue-se logo um elenco de 69 nomes sem filiações e um índice que agrupa capítulos na introdução, na conclusão, em duas seções (política científica; instituições, recursos financeiros e infraestruturas, ciência e sociedade) na parte I e em cinco seções na parte II (organização e desenvolvimento institucional; acesso e equidade; auto-

mia e modelos de gestão; instrumentos de financiamento, regulação e avaliação; testemunhos de políticos e cientistas). As “lacunas na produção de informação e conhecimento” decorrem de “não terem suscitado o interesse da investigação ou mesmo da avaliação das políticas”(p.22). Assim integro uma: CPLP².

Na intervenção de abertura, Maria de Lurdes Rodrigues evocou a pressa a que obrigou a motivação radical de atualizar o *Manifesto para a Ciência em Portugal* no ano em que se completam 25 sobre a sua publicação (p.23). À tabela imensa segue-se uma análise cronológica pela primeira organizadora, que descreve fase de “crise económica”. Segue-se uma análise de impactos, da qual se destaca o acordo de parceria Portugal 2020 “no qual se anuncia uma clara focagem dos investimentos públicos na promoção da Investigação e Inovação nas empresas e na sua articulação com outros centros de saber, segundo a estratégia de especialização inteligente atualmente aconselhada a nível europeu” (pp. 53-54; a ausência de debate é citada em relatório promovido pela FCT: *Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação. Desafios, forças e fraquezas rumo a 2020*, Lisboa, 2013). Voltando ao tema da crise, nota a queda de investimentos e efetivos na ciência, tecnologia e ensino superior (CTES). Saliencia “alguma dificuldade de inclusão de atividades de I&D no setor empresarial, designadamente na indústria” bem como a inovação dirigida à criação de novos produtos ser relativamente mais rara (pp. 63-64). Na comparação da despesa em I&D relativa ao PIB, apresentam-se dados da OCDE lamentando-se a queda de Portugal do pico de 1,6% em 2009 para 1,4% em 2013! A um economista apeteceria lembrar que, ao longo do intervalo escolhido, o aumento registado foi de cerca de 20% nos EU e na UE ao passo que em Portugal ultrapassou os 160%. Porém, o raciocínio sacraliza a meta dos 3%, deslocada da Estratégia de Lisboa para o Horizonte 2020, a qual continua “largamente por cumprir”³.

Outro desafio é “a necessidade de uma melhor articulação entre os domínios da produção e da utilização do conhecimento, e entre as políticas especificamente dirigidas a estes dois campos (...) perante um cenário de crescente adoção dos princípios de especialização inteligente de matriz regional. A este acresce a eventual di-

ficiência em compatibilizar os interesses e exigências competitivas das instituições científicas, por um lado, e das empresas portuguesas, por outro, sabendo-se que muitas das questões que se colocam no quadro do tecido produtivo nacional poderão ser de pouca relevância para investigadores integrados em redes científicas de excelência internacional” (p. 75).

2.2. Mitos empresariais do Estado

A anunciada parte I abre com a primeira de três contribuições de Heitor, assentes na “formulação teórica das sociedades baseadas em conhecimento” embora ele defenda a escola dinamarquesa da “economia da aprendizagem”, “dinâmica”, ao contrário da “economia do conhecimento”. Assim, o “estudo comparado de sistemas científicos e tecnológicos, ou da construção social do conhecimento” permite determinar o desempenho desses sistemas a partir dos níveis de acumulação da despesa em I&D ao longo de vários anos. Vai daí, “o contexto de divergência com a Europa leva-o a perspetivar um *Pacto Nacional* (p. 1085) valorizando seis aspetos, o quinto dos quais se chama “Mais economia, com empresas para o conhecimento” (sendo o texto idêntico ao do *Manifesto 2015+*, cujos dois primeiros subscritores são MCTES e SECTES). Assim se ignora a “destruição criativa” de Joseph Schumpeter (autor ausente das referências acumuladas no fim do volume) talvez por causa do trocadilho de “criação destrutiva” com o qual Mariana Mazzucato brindou o célebre austríaco. Por isso mesmo a recensão que o *Economist* de 31 de agosto de 2013 fez ao *Entrepreneurial State* deu lugar a uma troca acesa de comentários, com a autora a reconhecer que a sua tese é de que o Estado PODE (maiúsculas no original) fomentar o empreendedorismo mas também pode falhar. Tudo depende da capacidade em tornar complementares as políticas industrial e financeira, o que até se tem revelado mais difícil ao nível da União Europeia do que dos estados membros, quando aquela deveria ser mais capaz do que estes a executar políticas de longo prazo, por não estar tão sujeita ao ciclo eleitoral: é um mito empresarial do Estado crer que a miopia só afeta os empresários privados.

Heitor menciona ainda o “efeito Ciência Viva”, que pretendia fomentar o inte-

resse das gerações mais jovens em áreas relacionadas com a ciência e a tecnologia - cuja diminuição constituía “motivo crescente de preocupação no panorama europeu” (p. 99). Porém, ao concluir que “para consolidar o desenvolvimento científico do país numa posição semelhante à de outros países, é necessário investir mais fortemente em ciência, a um ritmo mais rápido do que noutros países, e durante um período longo de tempo”, ignora a dimensão dinâmica antes enaltecida. O mesmo se diga da asserção de que o investimento português em C&T “está ainda longe do realizado por outros países de pequena e média dimensão”, citando Bélgica, Áustria, Dinamarca e Finlândia” (p.101). Compreensivelmente, destaca os programas de parceria com instituições americanas e europeias de referência, e salienta “uma importante iniciativa de apoio ao emprego científico, através de um novo programa público lançado em 2007 que veio a facilitar condições contratuais por instituições científicas para cerca de 1200 novos investigadores doutorados (cerca de 40% estrangeiros) (...) Os números mostram uma base científica internacionalmente competitiva, mas quando comparada com outros países europeus de pequena ou média dimensão, como a Suécia ou a Dinamarca, revela também que este crescimento precisa ser sustentável através de esforços no sentido de aumentar a massa crítica necessária para a relativa densificação de comunidades integradas no conhecimento” (p. 107-8).

Adverte então que “as ações políticas desde 2011 têm sido (politicamente) promovidas em associação com a perceção de que as políticas anteriores devem ser alteradas. A este respeito, dois tipos de argumentos têm sido apresentados, os quais são muitas vezes contraditórios entre si e podem resultar de influências políticas distintas. Por um lado, há um argumento recorrente em Portugal para a orientação do apoio público a empresas e principalmente para reforçar a competitividade das empresas, e, por outro lado, a necessidade de reforçar critérios de seletividade do apoio público, com base na alegação frequente de sobre-qualificação da população para o tipo de procura”(p. 113).

Como a contribuição média de cada cidadão português para a ciência “é inferior à de Espanha, da Eslovénia ou da Itália (ou seja, países que Portugal ultrapassou em termos de investigadores por

mil ativos)” (p. 118), sugere a concluir que “a necessidade de qualificar ainda mais recursos humanos e aumentar a massa crítica das nossas unidades e redes de I&D continua a ser fundamental, como sempre tem sido” (p. 143).

2.3. Redes e testemunhos comunicacionais

Os capítulos seguintes incluem uma análise da I&D empresarial e da internacionalização. Depois de lembrar os *estrangeirados* do séc. XVIII, Teresa Patrício avança que “a formação no estrangeiro continuou a ser importante para muitos dos cientistas portugueses que se doutoraram durante a segunda metade do séc. XX. Ainda que tenha havido um apoio direto do Estado nesse sentido a vários então docentes do ensino superior ou investigadores de laboratórios do Estado para a obtenção de doutoramentos..., este trajeto pelo estrangeiro foi também, em muitos casos, resultado de uma fuga à guerra colonial e ao clima de repressão política e intelectual do regime ditatorial antes do 25 de Abril” (p. 267-8). E acautela que “o cordão umbilical estava então verdadeiramente associado à instituição de origem. Deste modo, ainda que a formação internacional tenha sido um forte marco da construção do sistema, não esteve verdadeiramente associada a uma forte mobilidade do mercado académico” (p. 271).

Comunicação e gestão não são esquecidas. “O financiamento para recursos humanos que se vê nos mesmos programas também permitem a Ramôa Ribeiro, então presidente da FCT, abrir em 2003 bolsas específicas para a Promoção e Administração de Ciência e Tecnologia – as PACT. Outras bolsas não menos importantes para a comunicação de ciência são destinadas diretamente às instituições que as requisitassem (...), as denominadas Bolsas de Gestão de Ciência e Tecnologia – BGCT.”⁴

Os testemunhos de políticos e cientistas incluem Alexandre Quintanilha (atual deputado), que enalteceu durante o lançamento a reputação de Mariano na Europa, Estados Unidos e Japão, calando os trópicos e tudo o que está fora da OCDE. Também impressiona o testemunho de Maria Manuel Leitão Marques (outra moçambicana de nascimento, atual Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa), que tem um exórdio *ex abrupto*: “Nos Encontros de 2004, numa dessas

noites soltas depois de um dia de trabalho, perguntei ao José Mariano se guardava as suas notas manuscritas registadas nas iniciativas anteriores. Disse-me que sim. Desafiei-o a organizá-las e ofereci-me para fazer o trabalho de compilação, juntamente com a Lia Vasconcelos e a Maria José Miguel. Aceitou com entusiasmo. Foi ao lê-las com atenção e proveito pessoal que percebi melhor a largueza do pensamento estratégico que ali se procurava construir. Estava lá quase tudo, a discussão sobre a educação, as qualificações dos portugueses, a sustentabilidade do crescimento económico, a competitividade da economia, a modernização das empresas, o impacto disruptivo da sociedade de informação, as fraquezas e as forças das instituições, os cenários para UE na década seguinte (de uma importante apresentação de J. P. Contzen, feita em 2004 que, entre outros aspetos, tratava do *Impact of Member States budgetary problems on EU financial perspectives 2007-2013*) (...) O 23º Encontro de Prospetiva, em outubro de 2014, teve uma preparação especial. Não creio que pensasse que era o último que iria organizar, pela forma como discutimos o futuro à nossa frente.” (p. 964-5)

Maranha das Neves, que dirigiu o Instituto de Tecnologia Nuclear (ITN), escreve sobre os Laboratórios de Estado, cujo sistema avaliou em 2006 para estabelecer a ligação entre o grupo presidido por Contzen e a comissão do Programa para a Reestruturação da Administração Central do Estado. Teve então a oportunidade de visitar todos os Laboratórios, aos quais atribui um importante papel na I&D nacional, “embora de forma desigual”. Queixa-se de se tratar de “instituições particularmente fechadas. (...) Esta atitude, no que diz respeito à participação exterior, contrasta profundamente com a abertura posta em prática no ensino superior” (p. 995-6). Ao integrar a lacuna da CPLP na seção seguinte, argumentarei que a diferença se não verifica no caso do IICT. É que, ao contrário dos outros, este desenvolvia a sua atividade para o exterior. Esta abertura internacional ajudou a quebrar os silos da governação académica. Dito de outro modo, a aproximação à universidade recomendada no relatório de Contzen de 2013 beneficiou dos créditos firmados pelo IICT na diplomacia científica ao longo da década anterior⁵.

3. INOVAÇÃO NO SABER TROPICAL: O CONTRIBUTO DO IICT

Crendo que a inovação na pertença comum dos membros da CPLP decorre da tradição iniciada pelos humanistas portugueses e da “aprendizagem como futuro”, procurei espaço nas agendas portuguesa, europeia e mundial de CTES para o “Saber Tropical Knowledge”⁶. A CPLP tem a ver com essas três agendas, até por causa da admirável declaração sobre os ODM, aprovada na cimeira de Bissau em 2006⁷. Aí se refere o *conhecimento mútuo*, resultado da aprendizagem mútua, o qual parece ter sido mais prosseguido por instituições autónomas, civis e militares, do que pelas universidades, que viam a língua como veículo de recrutamento de alunos: os dois únicos Laboratórios Associados dedicados às ciências sociais mantiveram-se alheios ao saber tropical. Ainda assim, por iniciativa de Ilídio do Amaral, a ACL passou em 2009 a integrar confrades dos outros países da CPLP (para além do Brasil) e a seção de economia articulou a colaboração lusófona com a classe de ciências⁸:

Em 40 anos, além da citada cronologia, que inclui sucessivas instituições públicas de saber tropical, existe a mesma abrangência temporal no capítulo de Rollo intitulado “A organização da ciência nas vésperas da Revolução”. Ora, para além das raízes quinhentistas já evocadas e dos incontornáveis marcos setecentistas luso-brasileiros, a internacionalização dos problemas africanos na conferência de Berlim alimentou o saber tropical, como demonstrou a exposição sobre *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos (1883-2010)*, patente na Calheta (JBT) durante as Comemorações do Centenário. Incluiu-se o período monárquico sem necessidade de aludir às “vésperas” do 5 de Outubro porquanto o IICT sucedeu em 1983, cem anos depois, à Comissão de Cartografia, por via da Junta de Investigações Científicas do Ultramar – que incorporou dois organismos do Ministério do Ultramar em 1973 (AHU – Arquivo Histórico Ultramarino e JBT), e teve outros antepassados no século XX⁹. Com a missão de prestar apoio técnico e científico à cooperação com os países das regiões tropicais, o IICT assinou protocolos de colaboração muito vastos com as

universidades públicas de Lisboa (além de ter um anexo em Coimbra) e colaborou com universidades de língua portuguesa muito antes de existir AULP.

Na Lei Orgânica de 2003, a CPLP e a ELO – Associação Europeia para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação passaram a ter assento no Conselho de Orientação (CO) do IICT, Tendo logo assinado protocolos de cooperação com a CPLP e a sua Confederação Empresarial (cujo secretariado funcionava na ELO), o IICT passou a servir de *think-tank* destas organizações nas áreas respetivamente da *science for development* e *business for development*. Avaliada positivamente a renovação do IICT pelo grupo de trabalho chefiado por Contzen, reuniram conjuntamente cada semestre os órgãos externos (CO/UA – Unidade de Acompanhamento), sob a presidência do representante do MCTES e incluindo, além de outras organizações internacionais, representantes de vários Ministérios, nomeadamente nas áreas da Cooperação e da Cultura¹⁰. Esta estrutura organizativa reforçava a a missão do IICT nas componentes de investigação em agronomia tropical e de preservação e divulgação do património, que a UNESCO designa de *cultural heritage for development*.

Como o IICT não atribuía graus de ensino superior, não podia funcionar como uma *research university*. Daí maior dificuldade em renovar investigadores, até que a FCT atribuiu bolsas de gestão científica em 2004 e 2005, criando capacidade de conservação e restauro das CH&C, Coleções Históricas & Científicas na custódia do IICT. Contratar 15 doutorados ao abrigo do programa *Compromisso com a Ciência* permitiu o aumento de 10% no pessoal científico nos anos de 2007 e 2008, com particular benefício para a investigação em ambiente, agricultura e biologia nos países tropicais. Reforçou-se ainda a colaboração com a UNL nas áreas da conservação e restauro (através do Departamento de Conservação e Restauro da Faculdade de Ciências e Tecnologia e do Instituto de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas), da biotecnologia, biologia estrutural e das doenças tropicais (Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica, do qual foi acionista, Instituto de Tecnologia Química e Biológica e IHMT – Instituto de Higiene e Medicina Tropical). Estando embora

paredes meias com o Palácio Burnay, durante décadas IHMT e IICT ignoraram-se mutuamente, sendo certo que os taxistas sempre confundiam este com aquele!

A vocação para a lusofonia económica terá motivado a passagem para a tutela do MNE, no sentido de promover a diplomacia científica e a já referida aproximação à universidade. Certo é que, quando eu estava a trabalhar com a Presidência do Conselho de Ministros no Relatório Internacionalização & Desenvolvimento, o IICT tinha um potencial científico fortemente renovado e novos Estatutos que entraram em vigor em Agosto de 2012 reforçavam a ligação à cooperação¹¹.

O gradualismo da transição para a ULisboa permitiu ainda à FEUNL, Instituto Superior de Agronomia (ISA) e várias universidades lusófonas e tropicais montarem um doutoramento em Gestão e Saber Tropical com bolsas financiadas pela FCT e início em 2015/16. Abreviado em *TropiKMan*, Ph.D. por ser lecionado em inglês na FE, IHMT e ISA, vem descrito nas *Atas do XXIV Encontro da AULP* em Macau, pp. 285–290 (em co-autoria com Bettencourt Capece, Darrell Abernathy e Ana Melo). É de notar que, partilhando espaços com o ISA, o IICT teve um conflito com a Reitoria da Técnica acerca do palácio Burnay, reclamado mesmo depois da mudança para o alto da Ajuda do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas em 2001, que libertou o andar térreo. Porém, não existia prova de não ser propriedade do Estado e uma providência cautelar da Reitoria da Técnica foi deferida com base na asserção de que o Ministro do Ultramar proferira em 1981 um despacho verbal (!) de entrega do Palácio. Com a criação da Ulisboa, o Burnay ficou no património do Estado sem ambiguidade mas o diferendo só se resolveu a troco do Pavilhão de Portugal, dois anos depois.

O MCTES tinha atribuído ao IICT representações internacionais como CGIAR – *Consultative Group on International Agricultural Research*, GBIF – *Global Biodiversity Information Facility* e GMES – *Global Monitoring for Environment and Security*¹². Foi inovadora a participação do IICT no consórcio AGRI-NATURA desde a criação do ECART em 1992, tendo a fusão com a rede universitária europeia NATURA sido levada a cabo sob sua presidência. O IICT também foi designado como apoio do ponto focal

de Portugal no Conselho para a Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, sob presidência moçambicana, e recebeu o director geral da FAO e integrou desde o início a plataforma europeia para a investigação agrícola tropical, designada *Sharing Knowledge Agricultural Network*, cujo comité executivo é liderado pela INOVISA para salientar a aposta na transferência de tecnologia e na inovação. Esta plataforma foi largamente aplaudida a 21 de Abril de 2016, numa reunião na Gulbenkian em que também estavam os alunos do TropiKMan...

Com a passagem para a tutela do MNE, julguei ter chegado ao fim a minha missão, e aceitei funções privadas, compatíveis com o meu regresso à FEUNL logo que se abrisse concurso para a presidência do IICT, o que o primeiro SENEC da legislatura julgava poder ocorrer em breve. Ao longo do ano de 2012, os colaboradores do IICT pronunciaram-se sobre o perfil do Conselho Diretivo futuro, sabendo que havia sido destacada Cristina Tomé, atual administradora financeira da RTP, para vogal do mesmo.

Expressa no Orçamento para 2013 a vontade de “repensar o projeto do IICT e criar um Arquivo Histórico unificado”, começou por interpretar-se esta expressão como um ponto de encontro entre o saber tropical e a política externa, sustentado na aproximação gradual às três universidades públicas de Lisboa recomendada no relatório Contzen, aprovado pelos órgãos externos e apresentado à tutela por ocasião dos 130 anos da criação da Comissão de Cartografia. Mas, na curta senda do segundo, o terceiro SENEC decidiu impor um corte substancial no Orçamento para 2014. Promovi então, em articulação com a Secretária de Estado da Ciência, uma avaliação internacional dos investigadores, presidida por Contzen e incluindo representantes das unidades orgânicas da UNL e da nova ULisboa. Mas a tutela ignorou tal avaliação e escolheu a fusão com esta última, preservando os colaboradores com vínculo em detrimento nas novas contratações. Se os precedentes do ITN e da própria Técnica facilitaram, a troca do Palácio Burnay pelo Pavilhão de Portugal dificultou.

Assim a fusão só se consumou com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 141/2015, de 31 de julho, segundo o qual as atribuições do AHU passam a ser prosse-

guidas dentro da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB). O diploma deixa às instituições sucessoras margem para acordar uma gestão integrada das CH&C, conforme expresso na última reunião da Direção do IICT. No início de maio de 2015, convoquei a UA das CH&C com o propósito de ajudar a definir princípios e procedimentos compatíveis com as recomendações aprovadas em 2003 no Rio de Janeiro e reiteradas em Luanda em 2005, nos termos da chamada Iniciativa Portuguesa dos Ministros da C&T da CPLP. Em finais de julho, na sua

329ª reunião, a Direção do IICT chegou a uma posição comum com a direção do AHU mas quase um ano depois ainda se não sabe se DGLAB, ULisboa e restantes partes interessadas irão prosseguir as boas práticas nesta matéria. O mesmo se diga do JBT, que ficou na dependência do Museu Nacional de História Natural e da Ciência. A garantia de manter a “marca IICT” também consta do Decreto-Lei, tendo os Estatutos da ULisboa começado a ser alterados em Outubro de 2015 para o designar como “unidade especializada”, a par de “Museus e do Estádio Universitário”.

A característica de linha de força da história diplomática portuguesa que tem o *Saber Tropical Knowledge* continua a ser a melhor forma de interpretar a tradição de Damião de Góis, com tudo o que a lusofonia global tem de ambiciosamente ambíguo. Prédios e coleções sitas em Lisboa podem aproximar pessoas através do passado comum e promover o “conhecimento mútuo” da Declaração de Bissau mas se a aprendizagem mútua não resulta da política e das políticas em Portugal, que dizer dos outros oito membros da CPLP? ■

NOTAS

¹ Disponível em <http://www.jbmacedo.com/papers/contzen.pdf>

² CPLP é soleturada por uma das coorganizadoras acerca do aumento dos públicos estrangeiros no ensino superior (p. 753) e por João Guerreiro, antigo Reitor da Universidade do Algarve, que reivindica uma prioridade de dez anos para a AULP, Associação das Universidades de Língua Portuguesa (p. 1011).

³ *40 anos*, p. 74. Salienta-se o “emprego científico”, que “tem tido dificuldade em ganhar espaço, e muitos jovens doutorados estão a abandonar o país”. A afirmação do texto ignora trabalhos de Daniel Cohen para o Centro de Desenvolvimento da OCDE (*The ladder of competitiveness and how to climb it*, 2006) sobre o equilíbrio dos contributos para o crescimento industrial, e a demonstração teórica e empírica da importância da complementaridade das políticas, resultante dos meus trabalhos com Joaquim Oliveira Martins, da OCDE, nomeadamente no *Journal of Comparative Economics*, 2014.

⁴ *40 anos*, p. 485. Ligados ao Ciência Viva, os autores inserem uma referência à *Noite Europeia dos Investigadores* acolhida no Jardim Botânico Tropical (JBT) desde 2005. Como se realizou no Museu da ULisboa em 2014, escrevem apenas que “nesse mesmo ano, um consórcio de laboratórios de investigação portugueses competiu e ganhou fundos para realizar” a NEI. Adiante mencionam que “duas eurodeputadas portuguesas de forças políticas diametralmente opostas têm papel preponderante naquilo que é o programa final do H2020: Maria da Graça Carvalho e Marisa Matias.” É um exemplo de como as tribos académicas podem ser mais insidiosas do que as políticas - pelo menos no Parlamento Europeu.

⁵ Com a inspiração antropológica de Gillian Tett (cujo último livro vem resumido no FT de 22 de agosto de 2015), o relatório sobre *Internacionalização & Desenvolvimento*, citado abaixo no texto, tentou fazer “silo busting” relativamente à “diplomacia económica” incluindo *business for development*. Ver nota 10.

⁶ A expressão foi inspirada pela visita ao Palácio Burnay de Diogo Vasconcelos, pouco antes de partir para Londres. Estávamos a preparar uma nova página web e ele insistia que a sigla

IICT fosse perceptível por todos e não apenas pelos seus investigadores. No *brainstorming* que se seguiu, houve um *Eureka moment* e passamos a “Saber Tropical Knowledge” (até T-shirts se fizeram para a NEI - Noite Europeia dos Investigadores!). Aliás, Diogo Agostinho (*Expresso online* de 27 de Abril e www.marianogago.org) comparou-os pela defesa de um ambiente social propício à inovação e pela morte prematura.

⁷ Fui nomeado presidente em 1 de dezembro de 2003, por ocasião da reunião dos Ministros da C&T da CPLP na qual foi decidido garantir o acesso às coleções do IICT. Quanto aos ODM na CPLP: “Não esquecer Bissau”, *Cooperação*, série II, nº 1, 2006, pp. 15-16 (estando uma versão completa no blogue História Lusófona do IICT de 5 novembro); “Cumprir Bissau”, *Nova Cidadania*, nº 34, 2007, pp. 48-49.

⁸ A ACL vem mencionada em *40 anos*, p. 187 (origem setecentista), p. 289 (ter sido membro fundador da ESF - Fundação Europeia para a Ciência em 1974) e p. 333 (ser membro do Conselho Coordenador da Ciência e Tecnologia, “instituição dormente” substituída em Novembro de 2011 pelo CNCT - Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia). A nota 4 da *Nova Cidadania* 57 refere a homenagem a Jacinto Nunes, decano da seção de economia, cujo interesse na crise financeira global abriu caminho para uma 2ª edição de *Writing to Queen while Crises Proceed*, lançada na Biblioteca Almada Negreiros a 21 de abril, na presença do novo decano, da viúva, da filha, da embaixadora britânica e do administrador delegado da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, que patrocinou a última publicação do CG&G e IICT.

⁹ *40 anos*, pp. 162-3 que acrescenta: “seguinto uma linha de reforço da soberania nacional, ganhou envergadura o projeto da ‘ocupação científica’ do Ultramar, cuja pedra basilar havia já sido lançada em 1945, reformando a anteriormente criada (1936) Junta das Missões Geográficas e das Investigações Coloniais (a partir de então Junta das Investigações Coloniais)”. Carlos Fiolhais enumera nove Laboratórios de Estado (p. 944), sendo IICT e predecessores mencionados na cronologia (pp. 1087-1126).

¹⁰ O pedido da Presidência da Guiné Bissau para o IICT elaborar um relatório sobre os

ODM na CPLP foi encaminhado pelo respetivo Secretário Executivo e foram publicados vários trabalhos sobre “lusofonia global”, “parcerias sino-lusófonas” e “plataformas económicas sub-regionais” mas Heitor (p.133) limitou-se a notar “a progressiva reorganização dos laboratórios de Estado, incluindo a integração de alguns dos laboratórios em universidades públicas (...), ou em estruturas da administração pública (e.g., o caso do IICT no Ministério dos Negócios Estrangeiros)”, trecho para o qual remetia a nota 5 in fine.

¹¹ O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (SENEC) começou por ser representado pelo Presidente do Instituto Português de Ajuda ao Desenvolvimento (depois fundido com o Instituto Camões para dar origem a Camões - Instituto de Cooperação e da Língua) ao passo que o Secretário de Estado da Cultura foi representado pelos diretores do Instituto dos Museus e Conservação e depois dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo. Com a passagem para o MNE, CO/UA continuou a ser presidido por mim, em representação do SENEK mas passou a haver uma representação dupla do Ministério da Educação e Ciência, através do presidente da FCT, indicado pela Secretária de Estado da Ciência, e do presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (então Reitor da UNL), indicado pelo Secretário de Estado do Ensino Superior, adicionada à representação dos Ministérios da Agricultura, Cultura, Economia, Saúde e CPLP no CO e da Confederação Empresarial da CPLP e Ministério das Finanças na UA.

¹² Neste último caso, na sequência da 2ª Cimeira EU-África em Lisboa, foi atribuída ao IICT a 8ª Parceria EU - África, em conjunto com FCT, sucedendo a Luís Magalhães (que começou por chefiar a delegação enquanto sucessor de Diogo de Vasconcelos à frente da UMIC). Muito interessado na cooperação científica com a China, onde o representei (diretamente e através do CGIAR), Mariano também dinamizou a colaboração científica com a África do sul. Vim a perceber a amizade com a sua homóloga Naledi Pandor, quando, em 9 de Dezembro de 2014, ambos homenagearam Nelson Mandela na Gulbenkian. Teve lugar na mesma sala um evento da AGRINATURA descrito adiante no texto.